

ACTA N.º 167

----- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e quatro, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, extraordinariamente, sob a presidência de Armelim Santos Amaral, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), com a seguinte:-----

----- Confirmou-se a falta justificada de Manuel da Silva Domingues.-----

----- A acta n.º 166, da sessão extraordinária do dia 26-03-2004, foi aprovada por unanimidade.-----

Ordem de Trabalhos

- 1) Prestação de Contas de 2003-----
- 2) Inventário do Município em 31-12-2003-----
- 3) 1ª Revisão Orçamental de 2004-----
- 4) Regulamento do POSI-----
- 5) Outros Assuntos:-----
 - 5.1) Relatório do IGAT – Informação-----
 - 5.2) Classificação de Imóveis de Interesse Municipal-----

1º - Período Antes da Ordem do Dia

----- No período antes da ordem do dia, foram anotadas as seguintes intervenções:-----

O presidente da Câmara fez um brevíssimo comentário sobre os trabalhos desencadeados para constituição da Grande Área Metropolitana de Aveiro e congresso da ANMP, classificando-o de bom, porque as intervenções deveriam ser mais direccionadas na apreciação de aspectos políticos relacionados com os diferentes problemas vividos nos municípios, em vez das intervenções realizadas numa vertente muito técnica.-----

Procedeu à leitura dos aspectos mais relevantes da comunicação escrita distribuída aos membros, sintetizando a informação relacionada com a actividade desenvolvida pelo executivo. Sublinhou a abordagem feita no congresso, sobre a construção da “Barragem Couto/Ribeiradio”, onde foram frisados os fins múltiplos que aquele investimento compreende, bem como o impacto positivo para a região. Foi recebida uma má notícia, que aponta para a realização da obra através do investimento privado, devido ao parecer emitido, onde referem que não deve ter qualquer investimento do ministério.-----

Carlos Silva – Deseja que os apelos realizados não “caíssem no molhado”, ou seja, que fosse realizada a pintura nos lancis junto às rotundas; a reposição do tapete na obra do abastecimento de água na vila, onde se verifica a degradação do tapete colocado na obra, a frio sem uma colagem consistente. Na zona do Caminho Nêdeo, rotunda e junto à carpintaria, foram construídos dois muros em betão, provocando um estrangulamento da via, num sítio de pinhal onde podia comprar mais terreno e melhorar-se, substancialmente, o traçado da via naquele local. Na estrada do Carvalhal, foram construídos muros em pedra nos pinhais, considerando-os luxuosos, cujo gasto seria desnecessário. Fez um alerta para apuramento da situação relacionada com uma empresa que adquiriu um lote na Zona Industrial de Cedrim, com a fábrica fechada, em princípio, por motivo de falência, porque foram observadas a circular viaturas daquela sociedade, que transferiu as máquinas para Santa Maria da Feira, conforme comentários realizados.-----

Quanto ao projecto de construção da nova Escola E.B. 2,3, colocou vários dados para reflexão, no sentido de analisarmos se se justifica a sua construção. Os dados que passo a apresentar baseiam-se num estudo científico devidamente documentado, onde consta: uma redução na população entre 1991 e 2001, um total de 23% a nível nacional; quando no concelho verificou-se uma redução de 7% na população residente; o número de alunos não está a aumentar em Sever do Vouga como a nível

nacional; no primeiro ciclo constata-se uma redução de 704 alunos, a Escola E.B.2.3, em 94/95, possuía inscritos cerca de 600 alunos, no ano seguinte tinha aproximadamente 580, e neste momento tem cerca de 560, verificando-se uma tendência em diminuir. Acaba por colocar a seguinte questão: “será que se justifica uma despesa tão grande na construção daquele equipamento?”. A escola de natação reabriu, sendo uma situação positiva, porque é uma actividade óptima, principalmente, para os mais novos. Também elogiou as obras que estão a ser realizadas nas escolas, bem como o trabalho desenvolvido para execução da “carta educativa”. Por isso, dá os parabéns à Câmara.-----

Manuel Soares – Sobre as situações comentadas, referiu que, tem conhecimento que a empresa “Pedro Morais” faliu. Esta situação confirma-se através dos avisos publicados nos jornais sobre a venda de bens em hasta pública.-----

Sobre o traçado da estrada no “Caminho Nêdeo”, concorda com o comentário realizado, porque ao descer, a estrada parece mais apertada. Assim, é necessário intervir e pedir para corrigir e alargar o caminho.-----

Quanto à construção da Escola E.B. 2.3, comentou apenas, que ainda se vai a tempo de uma reanálise do processo ou da decisão sobre esse assunto.-----

Rui Rocha – Quando um cidadão se candidata para um cargo político, deve zelar pelos interesses das pessoas da sua freguesia.-----

Já têm muita área pavimentada na sua freguesia e agradou-lhe, também, a colocação de plantas na ponte, porque é uma das entradas para a freguesia. Em Paradela, há locais bastante aprazíveis para a criação de percursos pedestres e gostava de ter lá um desses percursos. Sobre a obra de Penouços, perguntou se estava prevista a colocação de saneamento e nova conduta de água.-----

Manuel Soares – Responde, dizendo que o saneamento não está incluído no projecto, mas foi tomada nota para analisar essa possibilidade para execução durante a realização da obra. Em relação aos percursos pedestres, informou que tomara notas para transmitir ao vereador, que estava a orientar esse projecto, a possibilidade de incluir mais um percurso, embora considere haver já previsto um que passe na freguesia de Paradela.-----

Albano Macedo – Apresentou duas situações para conhecimento deste órgão. A primeira prende-se com a “Comissão de Trânsito”, eleita nesta assembleia, com trabalhos iniciados através das reuniões realizadas, onde compareceram todos os membros, e participaram com empenho, conforme se poderá depreender do relatório agora apresentado, onde se encontram sintetizadas as atribuições da comissão. Foi, também, apresentado um regulamento da Comissão de Trânsito da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, onde se encontram definidos os objectivos e as competências da aludida comissão. A segunda situação está relacionada com a comemoração dos 30 anos de Abril. Para todos os portugueses, o 25 de Abril 1974, é uma revolução, isso porque, devemos comemorar Abril como o futuro das gerações. Uma das grandes conquistas do 25 de Abril, foi o poder local. Devemos viver a liberdade todos os dias, tal como, todos os valores adquiridos aqui neste instante a discutir os problemas deste concelho, por isso, devemos recordar.-----

Alberto Almeida – Até hoje, ainda não foi colocado o lancil na ponte da Senhora da Saúde. Deveriam colocar uma grade no muro, para aumentar a segurança. Na estrada da Botica, o tapete está todo rachado, designadamente, junto ao Largo de Santo António, em Sóligo. Junto à escola E.B. 2.3 esqueceram-se dos traços descontínuos, para as pessoas poderem sair dos estacionamento do prédio. Na Rua da Corredoura existe um sinal que é muito baixo.-----

Armelim Amaral – Solicitou a Alberto Almeida que desse as sugestões à Comissão de Trânsito como membro integrante.-----

Manuel Martins – Respondeu, quanto ao problema apontado na obra “Estrada de Sóligo ao Poço de Santiago” que o empreiteiro já se comprometeu a corrigir as anomalias verificadas, estando a empreitada ainda dentro da garantia.-----

Joaquim Zacarias – Comentou que a comemoração do 25 de Abril continua a ser muito pobre neste concelho. Procedendo à leitura de um texto publicado no editorial publicado no Jornal do Fundão, sobre esse assunto. Quanto ao anúncio desta sessão, comenta ter sido publicado na página vinte e um do Beira Vouga, no meio de vários anúncios. Deu conhecimento à assembleia que, no passado dia 18 de Março, reuniu uma equipa do Instituto do Ambiente, com os membros da Comissão de Ambiente da Assembleia Municipal, mais o vice-presidente Prof. Coutinho, onde foram trocadas algumas ideias e apontadas as dificuldades relacionadas em controlar possíveis poluidores. O caixote do lixo, junto ao Jardim de Infância de Sever do Vouga, continua cheio desde a inauguração daquele equipamento, já fez este reparo e nada se fez, tal como o lixo que se observa nas margens do rio Vouga.-----
Lamenta ouvir que uma nova E.B. 2.3 não é necessária, ainda mais quando parte de uma pessoa que foi responsável na área da educação, porque só quem não vai àquela escola é que não vê a falta de condições. Os alunos podem aumentar no futuro, pelo que seria bom termos um novo equipamento no concelho.-----

Quanto ao Centro Cívico, deve dar-se os parabéns ao executivo, porque foi transformada uma zona, parcialmente, abandonada e com muitas silvas, num espaço aprazível, onde o vale passará a ser uma referência da vila.-----

Sobre o Imposto Autárquico (IMI), considera que deveríamos repensar a fixação das taxas, porque não se apercebeu dos reflexos causados na tributação a pagar pelos particulares e efeitos negativos nalgumas famílias, senão votaria contra. O acesso às Póvoas continua igual, apesar dos bons ofícios desencadeados para alterar essa situação no cruzamento. Na empreitada da “estrada da Vasilvouga”, existe um poste no meio do caminho, na entrada da Póvoa. Foi solicitado o alargamento da via numa zona onde ficara afunilado, mas nada foi realizado. Comentou que será a segunda ou terceira vez a solicitar a iluminação do largo e cruzamento junto à ponte sobre o rio, em Paradela e Pessegueiro do Vouga. Em Rocas, quem entra no lugar das Degas, do lado direito, os taludes são extremamente altos, sem qualquer resguardo e com a estrada muito estreita.-----

O vereador Manuel Martins comentou que, está a ser executada uma vedação.-----

Solicitou esclarecimentos sobre o processo da Zona Industrial de Irijó.-----

Na penúltima sessão, apresentou a justificação da falta e um conjunto de situações a transmitir ao órgão. O presidente da Assembleia Municipal apenas considerou a justificação, não procedeu à sua leitura neste órgão, e foi endossada ao vereador para efectuar uma resposta.-----

Armelim Amaral – Disse que a Assembleia Municipal é tanto dele, como presidente, como de qualquer membro que integra este órgão, lamentando o facto de nem sequer termos uma proposta para alteração do regimento. O aviso é publicado na página escolhida pela redacção do jornal. Este órgão aprovou as taxas do IMI, conforme informações e esclarecimentos realizados, com base na sugestão apresentada pela ANMP. Este ano, poderão ser reajustadas as taxas desse imposto.-----

Joaquim Zacarias – Solicitou a palavra para responder que o presidente deste órgão usava de muita demagogia, em situações que se encontram previstas nas alíneas f) e i) do artigo 14º do Regimento em vigor. Este órgão deliberou comemorar, todos os anos, a celebração do 25 de Abril.-----

José Braga – Na sua intervenção deseja apenas fazer uma pequena chamada de atenção para o projecto da Estrada de Parada, cujos trabalhos foram iniciados num passado recente, mais concretamente, na primeira curva de quem vem de Parada para o Couto de Esteves. Essa curva deveria ser rectificadas para melhorar o traçado da estrada. Propôs a construção de estacionamento na recta a seguir aos estabelecimentos, quem segue do Couto para Parada, porque considera que se deve fazer qualquer obra a pensar no futuro. O largo na entrada da freguesia de Couto de Esteves, logo a seguir à ponte, continua a ser um local para despejo de lixo e não se vislumbram os melhoramentos prometidos. Os passeios no centro da vila, em frente ao “café da curva”, continuam iguais, sem qualquer arranjo,

embora tenha passado tanto tempo, desde a substituição da conduta de água. Desejava esclarecimentos sobre o andamento do processo da Zona Industrial de Irijó.-----

Armelim Amaral – Pedes desculpas por interromper, para responder ao membro Joaquim Zacarias, e proceder à leitura do ofício remetido. Refere que mais tarde, vamos dar resposta às questões colocadas. Mas, que fique bem claro, não vai ser adoptado este procedimento, quando qualquer membro falte à sessão e apresente situações para análise no órgão.-----

Manuel Soares – Em relação ao largo junto à ponte de Pessegueiro do Vouga, informou que os projectos estão feitos e foram contactados os presidentes das Juntas de Freguesia para tomarem conhecimento e recolha de sugestões. Seguidamente, foram enviados para apreciação por parte do Instituto de Estradas de Portugal, onde parece existir alguns reparos a apontar. Foram apresentadas algumas dificuldades no processo do registo dos lotes da Zona Industrial de Irijó. No entanto, defende que se deve requerer o registo e aguardar-se por uma resposta dentro do prazo, se aceita ou não, o registo, para interpormos um recurso contra as alegações que a Conservadora, por ventura, possa apresentar para indeferir o registo. Apesar desse contratempo, para a semana, vão começar com a terraplanagem. Estão a ser feitos contactos com os proprietários dos terrenos confinantes com a estrada para realização do estacionamento em Couto de Esteves, conforme foi sugerido.-----

-----2º - Período da Ordem do Dia-----

1) Prestação de Contas de 2003:-----

Ponto 1 – Apreciação: Para cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei das Autarquias Locais, foram colocados à apreciação os documentos da Prestação de Contas, relativos ao exercício de 2003, compostos pelos documentos obrigatórios constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/1999, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).-----

Manuel Soares – Os documentos revelam a boa saúde financeira da autarquia, com contas equilibradas, o que não se passa na generalidade das Câmaras. Não vou fazer uma apreciação detalhada dos documentos, porque se encontra presente o Director de Departamento para dirimir qualquer dúvida que possa surgir ou ser apresentada.-----

Neste primeiro assunto da ordem do dia, foram anotadas as seguintes intervenções:-----

João Almeida – que começou a abordar dois documentos importantes e fundamentais para expor a sua análise, comentando que não há sintonia entre o Orçamento e a Prestação de Contas, onde existe uma “linguagem perceptiva pelo gestor”, em que o presidente da Câmara deveria interpretar correctamente, porque já o é há quinze anos. Sobre os documentos postos à apreciação, tecem a seguinte abordagem:-
Grau de Endividamento - o valor é superior, se não vejamos na página quarenta e cinco (folha n.º 13 do Mapa de Controlo Orçamental da Despesa), onde os compromissos assumidos ascendem a 10.621 mil euros, menos 7.711 mil euros, resulta uma diferença de 2.209 mil euros, mais do que o valor indicado nas dívidas de curto prazo.-----

Quanto às dívidas de curto prazo, acrescentou o seguinte: “não teve dinheiro para pagar uma factura da Lusomundo de Abril/2003, mas foi realizado um pagamento a Isabel Barbosa, sem registo em parte alguma”, conforme consta num fax que por engano foi-lhe enviado.-----

Mercadorias – como é que aparece um saldo em Mercadorias e em Custo das Mercadorias Vendidas se este Município não vende produtos acabados.-----

Despesas com Pessoal – verificam-se aumentos significativos nos “Abonos Variáveis ou Eventuais” e “Segurança Social”, questionando o valor evidenciado em “Outros Suplementos e Prémios”.-----

Combustíveis e Lubrificantes – questionou os encargos registados numa rubrica residual, mais concretamente em “Outros”, nas rubricas Educação e em Cultura e Desporto, onde as despesas realizadas nada têm haver com gasolina ou gasóleo, não se compreendendo do que se trata ou qual o encargo classificado nesta rubrica.-----

Turismo – na página dezoito (Grandes Opções do Plano – Despesas), os encargos evidenciados no objectivo “Turismo”, devem estar relacionados com a “Ficavouga” e “Festa da Lampreia”. Perguntou, qual o destino dado ao dinheiro dos contribuintes, não existem necessidades mais prementes.-----

Orçamento/Plano Plurianual de Investimentos – referiu que se constata obras iniciadas em 2000, onde são admitidas sucessivas prorrogações dos prazos, sem vislumbrarmos as suas conclusões. Comparando alguns projectos do Plano Plurianual de Investimentos e os documentos da Prestação de Contas, verificam-se diferenças no valor da realização, nomeadamente, na empreitada “E.N. 328 – Restabelecimento do Talude”, nos Projectos n.ºs 78/2002 e 86/2002. O membro João Almeida, abordou o presidente da Câmara, da seguinte forma: “V. Ex.a disse, numa entrevista publicada no Jornal de Notícias que a oposição não sabia ler as contas”. Então, diga quais os valores que estão certos, os do Orçamento de 2002 ou das contas de 2003. A obra “Rectificação do Caminho em Silva Escura (extensão de 2,5km1), apresentava uma previsão de 127.000€ e um custo final de 101.325€ perguntando quais os trabalhos realizados para dois quilómetros e meio custarem tanto. Comparando os gastos realizados nos últimos cinco anos, podemos concluir que se trata do “Presidente das oportunidades perdidas”, porque as receitas registadas de FEDER ascenderam apenas a 6.594 mil euros. Era possível fazer-se mais, mas o que gastou já está feito e nada há a fazer.-----

Manuel Soares – O presidente da Câmara referiu que era muito difícil responder a tantas questões colocadas, na maioria, formuladas através de números não recolhidos nos documentos em apreciação.-- Critica a forma como o Dr. João apresenta os comentários em catadupa, aludindo a erros inexistentes, que na hora é quase impossível responder. Sugeriu que apresentasse por escrito as questões, pois terá resposta a todas as perguntas e verá que não há irregularidades. Poderá consultar todos os *dossiers* e documentos da Câmara, pois estão à disposição quando quiser. Quanto ao pessoal da Câmara, foi repetido que é o quadro mais pequeno das Câmaras da região, com insuficiência de lugares que deveriam ser preenchidos. Há Câmaras na região, de menor dimensão com o dobro do pessoal.----- Em relação às verbas dos “Fundos Comunitários” referiu que, em cada medida, foram estabelecidos valores máximos a utilizar por cada Município, tendo esta entidade recorrido e beneficiado dos financiamentos máximos em todas as medidas.-----

Há Câmaras que só de uma vez (basta ler os jornais), contraem empréstimos que são superiores à dívida da Câmara de médio, longo e curto prazo. Quanto ao turismo, entendemos importante a rota da lampreia (a exemplo do que fazem outros Municípios) e basta ouvir os donos dos restaurantes para ver a sua importância, bem como a grande quantidade de turismo que vem a Sever do Vouga por causa disso.-----

Como as restantes questões colocadas apresentam um cariz mais técnico, solicito ao director dos serviços para apresentar os esclarecimentos que julgar por convenientes.-----

O presidente da Assembleia Municipal autorizou o Director de Departamento a intervir para acrescentar os comentários necessários para esclarecer quaisquer dúvidas que persistiram.-----

Assim, sobre o “Grau de Endividamento” referiu que, a abordagem tinha como partida os “Compromissos”, informação relacionada com requisições emitidas. A dívida de curto prazo, em milhares de euros, não é de 2.209, mas de 1.363, em curto prazo, e 3.125 em médio e longo prazo, conforme consta na folha 21 do Relatório de Gestão. Para o endividamento não se deve tomar em consideração esse valor, porque acontece muitas vezes, a emissão de requisições cujos fornecimentos não são realizados. O termo “Compromissos” pressupõe a assumpção de uma despesa, podendo dar a entender que se relaciona com facturas, ou seja, encargos assumidos.-----

O membro João Almeida, indagou que se deveria tomar em consideração esse valor, respondendo o director de serviços que concordava, mas com uma abordagem diferente.-----

O Director de Departamento sobre a factura de Isabel Barbosa perguntou ao membro João Almeida se foi paga uma factura sem registo em parte alguma, respondendo que dissera – não estava classificada.

Mas, alguns membros opuseram-se afirmando que disse “sem registo em parte alguma”. Sobre as mercadorias, informou o órgão que estavam evidenciados nos referidos valores os livros (monografias do Sr. Ramos) para venda.-----

Quanto às *Despesas com Pessoal*, referiu que na rubrica “Outros Suplementos e Prémios” eram classificadas as “Despesas de Representação” atribuídas a autarcas e pessoal dirigente nos termos da legislação em vigor. Existe outra rubrica com reflexo no aumento, mas com significado de desenvolvimento, porque os cidadãos recorrem cada vez mais aos cuidados de saúde, perante uma situação económica favorável.-----

O presidente da Câmara advertiu para o aumento que se seguirá, consequência do transplante efectuado por um funcionário, com um reembolso enviado no valor de noventa mil euros, a suportar através do orçamento do Município.-----

A rubrica “Combustíveis – Outros” compreende encargos com a aquisição de gás para o Pavilhão e Piscina, bem como, para os Jardins de Infância de Sever do Vouga e Silva Escura.-----

As divergências nos valores da execução do Plano Plurianual de Investimentos devem-se à nova informação contida nos documentos previsionais (“Realização”), útil para o controlo do custo dos projectos, mas trata-se de uma informação que merece algum reparo, apesar das dificuldades perante a recolha desses dados.-----

Ponto 2 – Votação: Depois de realizadas as intervenções relacionadas com a apreciação dos documentos da Prestação de Contas de 2003, o presidente do órgão deliberativo colocou os documentos à votação, tendo sido aprovados por maioria, com dezanove votos a favor, com dois votos contra, de João Miguel Tavares de Almeida e António Martinho Martins e oito abstenções, dos membros Sabino Augusto Hipólito da Silva, José Tavares Batista Braga, Carlos Alberto Pereira da Silva, Manuel Costa Santana, Ercília Maria Marques S. Pedro, Rui Manuel Batista Rocha, Alberto Martins de Almeida e Mário Coutinho Martins.-----

2) Inventário do Município em 31-12-2003: - Para cumprimento do estabelecido na primeira parte da alínea c), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei das Autarquias Locais, foram enviadas listagens do inventário dos bens do Município reportados a 31/12/2003.-----

O director dos serviços administrativos e financeiros deu conhecimento ao órgão que era necessário melhorar a informação contida nesse documento, designadamente, proceder a conferência dos bens do Município, catalogá-los e actualizar o inventário.-----

Na sequência da intervenção de um membro do órgão deliberativo, o director dos serviços confirmou ser necessário, também, acrescentar os direitos e obrigações para ficar completo, embora constem dos documentos da Prestação de Contas.-----

No uso da competência conferida através do aludida disposição legal, o órgão deliberativo apreciou os documentos apresentados e relacionados com o inventário.-----

3) Primeira Revisão Orçamental de 2004: - Foi aprovada, por maioria, a primeira revisão orçamental de 2004, com as abstenções dos membros Sabino Silva, José Braga, Carlos Silva, Manuel Santana, Ercília Pedro e João Almeida e votos a favor dos restantes elementos deste órgão. Esta modificação compreende a 1ª modificação do Orçamento de Receita com um reforço no valor de 2.010.450,00€; 2ª modificação do Orçamento de Despesa, com anulações no valor de 22.300,00€ e reforços no montante de 2.032.750,00€; com as respectivas modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais, evidenciadas nos dois documentos, arquivados no respectivo processo. Esta deliberação foi tomada com base na competência conferida ao órgão deliberativo, dada através da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei das Autarquias Locais.-----

4) Regulamento do POSI: - No uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2, do art.º 53 da Lei das Autarquias Locais, foi aprovado, por unanimidade o Regulamento do Posi, destinado a regulamentar o funcionamento e utilização do “Espaço Internet de Sever do Vouga”.-----

5) Outros Assuntos:-----

5.1) Classificação de Imóveis de Interesse municipal: - Ao órgão deliberativo foi dada a conhecer as deliberações tomadas pelo órgão executivo nas reuniões dos dias doze de Fevereiro e vinte e dois de abril, deste ano ,sobre a “ Classificação de imóveis de interesse municipal”, regulamentadas através da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, conjugada com a alínea m), do artigo 64º da Lei das autarquias Locais, para o complexo das antigas Minas do braçal, para Quinta do Linheiro, de Rocas e relação apensa á informação da Técnica Superior do “Serviço de Turismo”, que aqui se dão como reproduzidas e vão ser arquivados no processo respectivo.-----

Foi apresentada por Carlos Silva uma proposta para designar como “Classificação de imóveis de interesse municipal e estruturante para o desenvolvimento turístico da região”.-----

Edgar Jorge – Solicitou intervenção para referir que ou não passaram pela freguesia de Cedrim ou, então, aquela freguesia está mesmo isolada. Há três lugares da freguesia de Cedrim que deveriam estar incluídos nesta relação. Tais como, o lugar de santo Adrião, Vilarinho e Redouça.-----

Manuel Soares – Sugeriu para vir, segunda-feira, á câmara para falar com o vereador responsável e técnicos que estão a trabalhar neste processo.-----

José Braga – Interpelou apenas para saber se o lugar de Vilarinho, indicado na relação, pertence a couto de Esteves ou Talhadas. O Presidente da Câmara respondeu que se tratava do lugar da freguesia de Talhadas.-----

Carlos Silva – Apresentou algumas questões, nomeadamente, sobre o critério de selecção dos núcleos habitacionais, porque existem freguesias que foram excluída. E quanto aos condicionalismos que possam advir, bem como, sobre os benefícios a adquirir pelos particulares.-----

Na relação consta o lugar dos Amiais, perguntando se a cota de água da barragem está prevista para chegar aos palheiros, e espigueiros existentes naquele lugar.-----

Manuel Soares – De acordo com a opinião transmitida, este concelho seria uma aldeia. Assim, teceu algumas considerações sobre este assunto, designadamente, quanto á valorização do património, bem como, sobre o descrédito se procurarmos intervir em muitas aldeias.-----

Ainda falta saber se os particulares, proprietários dos imóveis, estão de acordo com esta medida.-----

Edgar Jorge – Volta a falar que, não está contra alguma destas aldeias, mas questiona porque é que Cedrim não possui indicada uma quando as freguesias de Couto de Esteves e Talhadas possuem quatro aldeias indicadas na relação.-----

Sabino Silva – Refere, tantas divergências e comentários á volta deste assunto, quando já foi dito que este ainda se vai a tempo para, incluir novos núcleos. Lamentando que se demove tanto tempo a apreciar este assunto, quando a análise dos documentos, da Prestação de Contas, foi realizada em dez minutos.-----

José Dias – Apresentou uma questão sobre esta matéria, mais concretamente, desejava saber se os núcleos ou aldeias desclassificadas implica algum problema para os proprietários dos prédios. O presidente da Câmara respondeu que nesse sentido, recairão sobre a área de intervenção onde for deferida.-----

João Almeida – Existe uma vontade colectiva e a vontade privada, considera que esta proposta será só para assegurar a primeira.-----

Carlos Silva – Acrescenta que, não vamos inviabilizar a proposta que está na forja.-----

Acácio Barbosa – Comenta, este processo foi, mal conduzido pelo executivo, na medida em que não foram ouvidos os presidentes das Juntas de Freguesia.-----

Os membros Edgar Jorge, Jorge Domingues e Paula Santos assinaram uma declaração de voto, considerada aqui como reproduzida e vai ser arquivada no respectivo processo.-----

Depois da discussão á volta deste assunto, foi aprovado, por unanimidade, reforçar a classificação como imóveis de interesse municipal e estruturantes para o desenvolvimento turístico da região.-----

5.1) Relatório do IGAT – Informação: - Antes da apreciação do ponto seguinte, a incluir em “Outros Assuntos”, o presidente do órgão deliberativo procedeu á leitura do ofício n.º 653, do passado dia onze de Março, enviado pelo presidente da Câmara ao Inspector – Geral do IGAT, a solicitar se tinham sido disponibilizadas ao membro deste órgão João Almeida cópias das folhas 43 a 53 do relatório, conforme expôs na última sessão .A resposta foi inesperada, conforme consta do ofício n.º 2446, de 31 de Março último, ou seja, efectuada pelo responsável máximo daquela entidade, assinado pelo próprio Inspector – Geral, que se passa a citar:-----

“Informo V. Ex.a. que esta Inspeção – Geral pauta a sua conduta pelo estrito cumprimento do disposto no Despacho n.º 16 174/2000, publicado na 2ª Série do Diário da republica de 9.8.2000, razão pela qual não disponibilizou nem disponibilizará as folhas 43 a 53 do relatório, nem procedeu á disponibilização pública de tais folhas.-----

Desde modo, terá de ser encontrado em outra entidade que não a IGAT, o modo pelo qual o membro dos órgãos desse Município acedeu à informação em causa”.-----

Depois de realizar a leitura dos dois ofícios o presidente do órgão deliberativo e o presidente da Câmara teceram os seguintes comentários:-----

Conforme consta na resposta, será necessário averiguar-se a origem dos documentos (fonte), porque se não foi o Inspector – Geral a remeter essa informação, conforme referiu o membro desta assembleia, alguém foi.-----

É estranho o facto de se ter obtido documentos sigilosos que não podem ser distribuídos aos órgãos colegiais deste município.-----

Assim, damos conhecimento deste procedimento e resposta dada através do aludido documento, que vai ser arquivado no respectivo processo.-----

5.2) IGAT/Inspector Geral: - Confrontou-se o Dr. João com a leitura que fez na última Assembleia, das páginas 43 a 53, do relatório da inspeção ao Município, questionando-o sobre a origem ou modo de obtenção dessa parte do relatório, a que nem a Câmara nem a Assembleia tiveram acesso. Informou o Dr. João que o obteve, através de requerimento ao Sr. Inspector Geral da Administração do Território. Ficou surpreendido o senhor Presidente da Assembleia Municipal com tal facto, que quer ver esclarecido, porquanto tendo solicitado à Câmara que requeresse ao IGAT aquela parte do relatório, a resposta do senhor Inspector Geral foi negativa, conforme ofício n.º 2446, de 31 de Março (que aqui se dá como reproduzido).-----

-----3º - Período Destinado ao Público-----

Não houve intervenção do público.-----